



**FENPROF – FEDERAÇÃO NACIONAL DOS PROFESSORES**

Excelentíssimos Senhores:

Primeiro-Ministro  
Ministro da Educação  
Ministro da Economia  
Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social  
Secretária de Estado da Administração e do Emprego Público  
Secretário Regional de Educação da Região Autónoma da Madeira  
Secretário Regional da Educação e Cultura da Região Autónoma dos Açores  
À CNIS – Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade  
À UMP – União das Misericórdias Portuguesas  
À Casa Pia de Lisboa  
À Santa Casa da Misericórdia de Lisboa  
À URMA – União Regional das Misericórdias dos Açores

## **PRÉ-AVISO DE GREVE**

**15 DE NOVEMBRO DE 2017  
DAS ZERO ÀS VINTE E QUATRO HORAS**

**PROFESSORES NÃO ACEITAM SER  
DISCRIMINADOS**

**Descongelamento justo das progressões, recuperação  
dos anos de congelamento e contagem integral do  
tempo de serviço prestado pelos docentes**

**E, também: Regime específico de aposentação  
Horários justos que reduzam o desgaste da profissão  
Aplicação do direito comunitário na vinculação  
Concursos justos que promovam a estabilidade no emprego e nas escolas**

**15 de novembro de 2017** será um **Dia Nacional de Luta dos Professores**, coincidindo com a data em que, na Assembleia da República, o Ministro da Educação irá debater, na especialidade, a proposta de Orçamento do Estado para 2018, onde procurará justificar as insuficientes verbas destinadas à Educação.

Aspeto que, neste momento, ocupa espaço central nas exigências dos professores é o descongelamento da carreira docente. **Os professores recusam qualquer perda de tempo de serviço que cumpriram de forma muito empenhada e com elevado profissionalismo e repudiam qualquer afirmação que ponha em causa o mérito que têm na atividade que desenvolvem.**

Ainda em relação ao mérito dos professores portugueses, a FENPROF destaca o seu reconhecimento internacional, como aconteceu recentemente no âmbito do PISA, cujo relatório assinala o trabalho dos docentes em Portugal como determinante para os bons resultados obtidos pelos estudantes, cujo desempenho tem vindo a melhorar de forma muito assinalável.

Esse trabalho extraordinário dos professores portugueses aconteceu num período em que a sua carreira teve as progressões congeladas, uma divisão na estrutura (professores e professores titulares), a duração aumentada e, para além disso, também o salário reduzido, o horário subvertido (de que resultou uma sobrecarga de trabalho ainda mais forte) e os requisitos para a aposentação agravados. Apesar de tudo isto, os professores mantiveram sempre uma irrepreensível atitude profissional a que correspondeu um excelente desempenho. **É absolutamente inaceitável que o Governo queira, agora, apagar da carreira dos docentes mais de 9 dos últimos 12 anos da sua vida profissional, precisamente, aqueles em que foram mais penalizados e sacrificados.** Se tal acontecer, para além da discriminação que representa em relação a outras carreiras da Administração Pública, estamos perante uma tremenda injustiça que provocará, no presente e no futuro, prejuízos enormes aos professores.

Os docentes exigem respeito, reconhecimento do mérito profissional e um descongelamento justo da carreira, sem perdas de tempo de serviço e sem discriminação em relação aos restantes trabalhadores da Administração Pública. Ao reivindicarem a justa contagem do tempo de serviço prestado, **os educadores e professores estão, legitimamente, a exigir a reconstrução da carreira docente e a opor-se à sua destruição.** Os subterfúgios legais em que diversos governantes se têm tentado refugiar, não passam de cortinas atrás das quais procuram esconder a sua falta de vontade política para resolver este problema.

A FENPROF exige que o descongelamento da carreira docente seja negociado e está disponível para encontrar um processo faseado de recuperação, que permita a contagem integral do tempo de serviço, o que não aceita é o jogo de empurra a que se tem assistido entre diversos governantes.

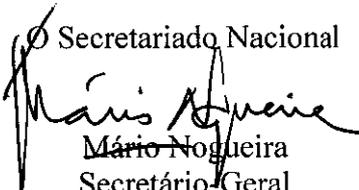
Com este Dia Nacional de Luta, os professores e educadores pretendem, ainda, fazer-se ouvir, nesta importante fase de debate e aprovação do Orçamento do Estado para 2018, exigindo compromissos e negociação em torno de aspetos tão importantes como a aposentação, horários de trabalho e concursos. Os docentes reafirmam, ainda, a sua oposição a qualquer processo de municipalização da Educação e reiteram a necessidade de democratizar a gestão das escolas.

**Professores e Educadores, hoje, como no passado, lutarão para serem respeitados, quer no plano social, quer no que concerne à efetivação dos seus direitos.**

Com os objetivos que antes se assinalam e esgotada, que parece, a via do diálogo e da negociação, pois nenhum governante se assume como interlocutor neste processo, a FENPROF – Federação Nacional dos Professores, ao abrigo do artigo 57.º da Constituição da República Portuguesa e nos termos do artigo 530.º e seguintes do Código de Trabalho e dos artigos 394.º e seguintes da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, convoca **Greve Nacional dos Educadores de Infância e Professores dos Ensinos Básico e Secundário, que exercem a sua atividade em estabelecimentos e outros serviços públicos ou de resposta social.**

Para os efeitos legais, caso os membros dos órgãos de gestão, no uso dos seus direitos, adiram a esta greve, ficará responsabilizado pela segurança do edifício e de todas as pessoas que nele permaneçam o docente do quadro de nomeação definitiva mais antigo da escola ou do agrupamento que não se encontre em greve.

Lisboa, 7 de novembro de 2017

Secretariado Nacional  
  
Mário Nogueira  
Secretário Geral

